



A ATUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS EM SALA DE AULA, NO ENSINO REGULAR

MACHADO, Luana Sabrina¹
DUMKE, Denise Francielle²
ismachado2@minha.fag.edu.br

RESUMO

A profissão do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS) foi regulamentada em 01 setembro de 2010, pela lei 12.319 como meio de comunicação e inclusão da pessoa surda. A atuação deste profissional é imprescindível em situações de conversação no meio social e educacional. O trabalho pretende apresentar a realidade da atuação do profissional TILS no contexto escolar. Com o intuito de promover o conhecimento acerca desse profissional e também uma reflexão de seu trabalho, apresentando as dificuldades e desafios enfrentados. Nesse âmbito, o artigo também abarcará o trabalho profissional perante a pandemia da COVID-19³ que acontece no país desde o ano de 2020 até o presente momento, ocorrendo uma adaptação por intermédio de aulas remotas. Assim, a pesquisa será fortalecida observando revisões bibliográficas de autores da área, bem como a legislação brasileira.

Palavras-chave: Alunos surdos; Língua brasileira de sinais; Profissional Tradutor/Intérprete.

¹ Acadêmico (a) Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo

² Docente Faculdade Assis Gurgacz FAG Toledo - ORIENTADOR

³ “[...] a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a chamar oficialmente a doença causada pelo novo coronavírus de Covid-19. COVID significa Corona Virus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto “19” se refere a 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados publicamente pelo governo chinês no final de dezembro”. (FIOCRUZ, 2020)



INTRODUÇÃO

Considerando a importância do Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e sua participação nos espaços educacionais, o presente artigo tem o objetivo de pesquisar como ocorre a prática destes profissionais no campo disciplinar. Estudos sobre o assunto são recentes no Brasil, o TILS é um profissional que atua em diferentes contextos. Seu campo de trabalho é bastante amplo, mas as instituições de ensino destacam-se como áreas de maiores atuações do TILS.

De acordo com Quadros (2007), o TILS é a pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para uma língua oral, ou de uma língua oral para língua de sinais. Desse modo, o profissional de Libras é responsável direto pela intermediação dos conteúdos didáticos e pela tradução das possíveis dúvidas e questionamentos dos surdos em sala de aula de escolas inclusivas.

Além do domínio no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação para atuar, significa ter domínio dos processos, das estratégias e técnicas na comunicação, bem como ter formação específica na área de sua atuação. Encontrar materiais que fale desse tema é um desafio, tratando-se de algo novo ainda a ser explorado.

Nesse contexto, o presente estudo tem por objetivo indagar questões que devem ser discutidas com relação ao profissional TILS de como ocorre a relação e a função dele no contexto de sala de aula, bem como, qual é a forma ideal da interação e ação desse profissional.

2 BREVE HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS.

A história da constituição dos profissionais TILS em vários países aconteceu a partir de atividades voluntárias, exercidas por parentes, amigos e a comunidade religiosa, que foram valorizadas conforme o tempo, na medida em que os surdos



foram conquistando seu exercício de cidadania. Conforme é exposto por Magalhães (2007) a primeira interpretação simultânea devidamente registrada, feita no mundo, foi de um discurso de Hitler, realizada por André Kaminker em 1934.

No Brasil, segundo Quadros (2002), no início dos anos 80 a presença do TILS foi identificada nos trabalhos religiosos. Em 1988 deu-se o primeiro Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos). Em 1992 aconteceu o segundo Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, também organizado pela FENEIS, provocando discussões e votação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes.

De 1993 a 1994 foram realizados encontros estaduais, a partir dos anos 1990 deu início as unidades de intérpretes ligadas aos escritórios da FENEIS, em 2002 foram cedidas sedes em cidades pelo país todo, tais como: São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília, Recife e da grande matriz no Rio de Janeiro.

No dia 24 de abril de 2002, foi o grande marco na comunidade surda, já que nesse dia foi homologada a lei federal que reconhece a Língua de Sinais Brasileira como Língua oficial, como também foi um passo à frente nas conquistas das comunidades surdas e para os profissionais no processo de reconhecimento de sua formação.

Segundo Dias (2018, p. 17), no âmbito brasileiro a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, determina que o Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa – TILS tenha competência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. Tomando por base a lei, torna-se direito da pessoa surda ter acesso ao TILS, sobre diversas circunstâncias e em seu cotidiano, podendo abranger áreas de ensino, consultas médicas, serviços públicos e eventos.

Com a formulação e organização das políticas públicas de educação inclusiva, especialmente a educação de surdos, os TILS têm criado notórias conquistas legislativas em termos de status profissional. Como é visto, esta é uma profissão recentemente regulamentada e está em operação há muitos anos, constando hoje na legislação vigente e instituições de aquisição e formação.



Tais leis e documentos são de total relevância, pois exprimem conquistas relacionadas à profissão, visto que muitas pessoas desconhecem este papel, como demonstra a autora abaixo:

A tradução e interpretação de língua de sinais, apesar de ter conquistado seu espaço na área da educação e dos estudos da tradução, e ter se constituído, hoje, como profissão, ainda é vista pela sociedade e pelo senso comum, incluindo alguns espaços acadêmicos, como uma área desconhecida e, por isso, tem seus mitos, equívocos e representações. A profissão ainda é carregada, equivocadamente, pelo estigma do assistencialismo, tanto por parte de quem os vê atuando como por alguns intérpretes que se deixam levar por essa ótica. (SILVA; LEBEDEFF; SANTOS, 2014, p. 48).

Verifica-se que são várias conquistas até o momento, porém, há lutas que ainda persistem, como por exemplo o desejo que as empresas contratantes admitam um cargo valoroso ao profissional, e não o admita como apenas um técnico administrativo, por se tratar de uma organização política, para que haja melhorias em sua vivência profissional.

Desta forma, além do apoio da organização, o TILS tem o espaço para discussão e treinamento na área de Tradução e Interpretação na Libras, um espaço de troca de experiências, podendo sanar suas dúvidas, e conseqüentemente, construindo vínculos profissionais. O incentivo e a participação vêm mudando o contexto deste profissional dentro das instituições, tornando-os mais abrangentes na consciência da importância do seu trabalho, obtendo um envolvimento maior na formação de uma categoria que luta por reconhecimento e valorização.

3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LINGUA DE SINAIS BRASILEIRA

Durante muito tempo os TILS tiveram sua formação em experiências desenvolvidas por familiares de surdos ou participantes de comunidades religiosas e serviços voluntários. Segundo Quadros (1991, p. 51) “é interessante dizer que, enquanto a comunidade surda não constitui um grupo com identidade, socio-cultural-



política, o Intérprete não se constitui enquanto profissional”. Nesse contexto, o processo de formação do TILS aconteceu a partir do crescimento e demanda de qualificações ao profissional.

Deste modo, a formação desse profissional estará atrelada ao nível de sua participação com a comunidade surda e o quanto se está envolvido profissionalmente. A formação acadêmica é de suma importância, para ser um Intérprete de Língua de Sinais é preciso se atentar para as competências necessárias.

Quadros (2007, p. 7) cita que o Intérprete deve dominar as duas línguas envolvidas em seu trabalho, no caso do nosso país, a Língua Portuguesa falada e escrita (norma culta) e a Língua Brasileira de Sinais. Saber a língua de forma usual apenas não basta para poder transmitir conteúdos e disciplinas com maestria, ministrada por professores com igualdade e condições.

Sendo assim, para melhor entender as competências e habilidades na formação do Intérprete, será realizado um breve histórico apresentando o caminho percorrido até os dias atuais. Segundo Mendes (2018, p. 15). “Em 1987 foi fundada no Rio de Janeiro a FENEIS– Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, esta instituição teve um papel fundamental na luta pelo direito linguístico dos surdos ao uso da língua de sinais”.

E partir dos anos 90, foram criadas unidades de Intérpretes ligadas aos escritórios regionais da FENEIS, onde surgiram os primeiros cursos de formação de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais pelo país, devido a implementação de unidades da FENEIS por vários estados, estes cursos eram de curta duração ofertados e ministrados por ouvintes profissionais com conhecimento em Libras.

Dessa maneira, a FENEIS ministra cursos básicos, intermediários e avançados de Libras para toda a comunidade, promovendo a comunicação em Libras entre surdos e ouvintes.

Seguindo as necessidades e acompanhando os andamentos e mudanças na sociedade, foram criados alguns cursos de educação profissional, cursos de extensão universitária e de formação continuada. O melhor desenvolvimento deu-se



após o decreto 5.626/2005, a partir dele houve um avanço na Libras, nele se aborda diversos assuntos, como a disseminação da Libras por meio de cursos, formação, como também a formação do profissional que mediará a comunicação entre a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa.

Verifica-se a necessidade de profissionais capacitados para atender os alunos surdos. O TILS é entendido como aquele que viabiliza o acesso aos conhecimentos do aluno surdo, ou seja, instrumento da comunicação. Sua atuação merece uma reflexão quanto a sua formação, nessa perspectiva ele se torna também um educador.

Esse mesmo decreto aborda a formação em cursos de nível superior em tradução e interpretação com habilitação em Libras – Língua portuguesa, e na ausência dessa titulação, os profissionais devem possuir nível superior ou nível médio, competência e fluência em ambas as línguas, por meio de exame de proficiência, realizados pelo Ministério da Educação.

Mendes (2018) afirma que estes exames seriam realizados pelos próximos dez anos a partir da data de publicação do decreto que o instituiu, sendo promovida uma banca com profissionais surdos e ouvintes, avaliando a competência e fluência linguística do indivíduo, aprovando ou não estes sujeitos ao exercício dessa profissão.

Diante de novos cursos em formação, foram criadas algumas opções na validação do profissional através do Prolibras, que no decreto foi chamado de “Exame Nacional de Proficiência em tradução e interpretação de LIBRAS-Língua Portuguesa (art. 20). O decreto previa tal forma de avaliação para o período de 10 anos. Este exame foi implantado em 2006 pela Portaria/Normativa MEC nº. 11 de 09/08/06 que visava cumprir o Art. 7º do Decreto 5.626/05 e certificava o TILS para atuar em diferentes contextos de tradução e interpretação.

O Prolibras foi criado enquanto não havia formação de nível superior, mas deixou de existir, a última edição do exame foi realizada no ano de 2015, a avaliação desse profissional foi feita por meio de duas provas divididas em duas partes: teórica e prática. Suas edições ocorreram de 2006 a 2016.



Mais tarde, no ano de 2010 é regulamentada a profissão do TILS por meio da Lei nº 12.319, que em seu artigo nº 6 expõe as principais atividades que devem ser desenvolvidas:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdoscegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. (BRASIL, 2010)

A profissão do TILS tem por objetivo traduzir com total responsabilidade e na íntegra a língua falada ou sinalizada e vice-versa. Tratando-se da qualificação profissional, são ofertadas através de uma Proficiência em Libras, por meio de banca nas instituições como: FENEIS E CAS.

A banca examinadora realiza a certificação TILS todos os meses para obter o desempenho profissional no campo social, além da FENEIS conforme citado acima, existe também o Centro de Apoio ao Surdo (CAS), que segundo Mendes (2018, p. 29) é: “uma instituição estadual que está vinculada a secretaria de educação do estado que tem como finalidade promover a formação continuada e capacitação de profissionais da área da educação, viabilizando a inclusão escolar e social das pessoas surdas”. Chamada proficiência, são provas práticas para regularização do exercício profissional, que tem por objetivo promover a formação continuada e a capacitação de profissionais da área da educação, solidificando a inclusão social das pessoas surdas.

4 O TRADUTOR INTÉRPRETE NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: FUNÇÕES, DESAFIOS E CONQUISTAS



Segundo Quadros (2004, p. 27), o TILS “É o profissional que domina a língua de sinais língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete”. O profissional TILS intermedia constantemente as relações que envolvem a comunicação, trazendo compreensão aos discursos, podendo também dominar outras línguas, o profissional é fundamental para mediar o acesso dos conhecimentos aos alunos surdos.

Quadros (2004, p. 28), enfatiza que “O profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal”. Isso implica em ter estratégias e técnicas de tradução e interpretação. Exige-se também que este profissional tenha formação na área de sua atuação, como por exemplo o que será tratado neste artigo na área da educação.

Precisa-se delimitar e entender o papel do profissional TILS, pois é ele quem faz a mediação da comunicação em sala de aula, que é de suma importância no processo de aprendizagem do aluno, bem como é preciso esclarecer que a interação de um aluno surdo em uma sala de aula regular não é possível apenas com a presença do intérprete, necessita-se que as comunidades escolares também se envolvam no processo, garantindo a efetividade do ato inclusivo.

Na perspectiva de Lacerda (2009), o intérprete em sala de aula desenvolve funções que podem ser compreendidas não somente pelo ato de interpretar, mas como práticas educativas. Isto acontece porque o objetivo do trabalho nesse espaço não se restringe somente à tarefa de traduzir, mas também de favorecer a aprendizagem do aluno surdo. Os trabalhos de Lacerda mostram que mesmo com toda importância da ação deste profissional não substitui o papel do professor, que deve ser o responsável pelo planejamento das aulas, escolha dos conteúdos e avaliação da disciplina.

A parceria entre professor e intérprete no dia a dia perpassa por muitas dificuldades, pois o professor percebe que a necessidade de materiais visuais para os surdos é recorrente e o intérprete se atenta a isso e se mobiliza, agindo para facilitar sua prática e a compreensão dos alunos surdos.

Para os surdos estarem inclusos nas classes ouvintes, precisam dominar a



língua de sinais, o que só ocorre após seu desenvolvimento. Caso contrário, ele terá dificuldades em participar das discussões, fazer questionamentos, entender seu professor, entre outras atividades. Essas questões necessitam de uma reflexão e de alternativas significativas em nosso sistema educacional para que as dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos sejam minimizadas. O profissional deve trabalhar em sala de aula para contribuir com o processo de ensino da forma mais eficaz.

De acordo com Sá (2009, p. 45) “O reconhecimento da diferença é o primeiro passo para a integração do surdo na comunidade ouvinte que o circunda”. Sendo assim, o profissional deve estabelecer vínculos, contribuindo para socialização dos sujeitos surdos.

Portanto, a profissão do TILS, agora oficializada por lei, encanta e motiva àqueles que querem seguir essa carreira, produzindo muitas inquietações, desafios e dificuldades, próprias e específicas, com possibilidades de almejar novos conhecimentos, melhores condições de formação, qualificação, reconhecimento, valorização e, conseqüentemente, a realização e satisfação profissional comum em qualquer área de atuação.

5- O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO TRABALHO REMOTO

Desde o ano de 2020 todos foram submetidos ao distanciamento social com possibilidade de contrair uma doença que pouco se conhece a COVID-19, com a necessidade de se afastar. Instituições escolares e empresas precisaram suspender suas atividades presenciais. Diante das necessidades, o ensino não parou, a educação como todas as áreas precisaram se reinventar.

Neste cenário ocorre um desdobramento de todos os envolvidos, incluindo os familiares dos alunos, assim como recursos, possibilitando um bom acesso na aprendizagem para que não haja interrupções e/ou sejam prejudicados. No entanto, ao se tratar dos alunos surdos, precisa-se de um olhar ainda mais atento, além do professor em sala de aula, também precisa ter um profissional habilitado e disposto



para dar suporte necessário a este aluno.

Baseando-se nas palavras de Lacerda (2006), confirma-se a importância do TILS em sala de aula, uma vez que ele participa das atividades, procurando dar acesso aos conhecimentos, fazendo esse trabalho por intermédio da interpretação/tradução, como também dando sugestões, exemplos e muitas outras formas de interação inerentes ao contato cotidiano com o aluno surdo.

O TILS carrega grande responsabilidade no que permeia o processo de aprendizagem, ele possui grande influência, seja ela positiva ou negativa perante o aluno surdo em seu cotidiano. Nos dias atuais, com a pandemia, essa responsabilidade aumenta, alguém que trabalhe, se preocupe e se importe com o entendimento dos conteúdos não somente com que esta sendo repassado, neste momento ele assume também a função de educar o aluno.

Abreu (2020. Apud, SANTOS 2020), afirma que em tempos de pandemia os recursos tecnológicos são necessários para a educação tornar-se inclusiva. Compreende-se então que os profissionais estão trabalhando como podem, com recursos que têm, como por exemplo: celulares, notebook, computadores emprestados, pois nem todas as instituições estão disponibilizando os recursos tecnológicos. O que está sendo ofertado e utilizado aos professores e alunos para o meio de conteúdos são as plataformas de internet Google classroom.

Conforme Santos (2020, p. 6) “O não fornecimento de materiais necessários para atuação remota, falha em equipamentos, instabilidade em sistemas e aplicativos usados para as aulas, falha na conexão da internet, entre outras dificuldades relacionadas a “Material tecnológicos acesso a internet (IP)”. Ainda são os desafios desta nova fase. Por mais que haja disponibilidade de aulas remotas e um ambiente virtual não significa que os alunos estejam inseridos nas atividades.

Segundo Machado (2006, apud SANTOS, 2020, p. 58) “A simples inserção do aluno surdo na escola regular não provoca mudanças nas atitudes dos professores, diferentemente do que vem sendo discutido nas propostas de integração/inclusão”.

É um momento desafiador para o intérprete, tendo que se reinventar na educação e nos conhecimentos tecnológicos para avançar no trabalho a distância



sem o contato direto com aluno surdo. A pandemia ainda não acabou, sendo imprescindível que atividades continuem conjuntas com a comunidade escolar e familiares.

É de suma importância que no ambiente escolar haja a preocupação pelos professores e TILS em adaptar os conteúdos para uma metodologia visual, e por parte da comunidade familiar, o interesse em conhecer a língua de sinais para desenvolver o papel da comunicação de forma mais eficaz e compreensível, estando estes, exercendo o papel de professor no momento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa “A atuação do Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais em sala de aula, no ensino regular” despertou a necessidade de conhecimentos quanto a atuação do TILS. Apesar do reconhecimento da Libras como um meio fundamental para a inclusão dessa comunidade, persiste ainda no ambiente escolar uma certa resistência por parte de muitos profissionais que não entendem como ocorre o processo de inclusão dos surdos.

Desse modo, certifica-se que a formação a cada tempo se fortaleceu, contribuindo para que estes profissionais pudessem se especializar com qualidade, isso ainda ocorre atualmente quando se verifica a busca por Pós-Graduações que contemplam conhecimentos teóricos mesclados com suas aplicações, isto é, com a prática realizada no cotidiano de trabalho.

Tratando-se do ambiente escolar, em determinados momentos, vê-se que ocorre a transferência de responsabilidades e competências ao TILS sobre o processo de aprendizagem do aluno surdo, quando na verdade os trabalhos realizados na sala regular se completam com o trabalho desenvolvido pelo professor, enquanto este profissional está como um meio facilitador, mediador neste processo, o profissional de Libras não somente interpreta o que o professor ensina em sala, mas, acompanha o aluno surdo em todas as atividades realizadas.

No desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se a necessidade do TILS como



meio principal de inclusão e nos processos de aprendizagem dos alunos surdos.

Ainda sobre a atuação deste profissional, abarcou-se neste artigo o trabalho realizado durante a pandemia do Corona Vírus (COVID19) que se estende desde 2020. Ocorreu um trabalho remoto que trouxe novos desafios para tradução da língua, uma vez que as aulas ocorreram por meio de ferramentas tecnológicas.

Santos (2020) em uma pesquisa realizada apresentou que os recursos tecnológicos foram usados com dificuldades tanto pelos TILS quanto pelos alunos. Isso fez com que os profissionais se reinventassem em suas atividades, adaptando-as ao momento vivido, buscando transmitir aos surdos o máximo de entendimento sobre os conteúdos e disciplinas estudados.

Constatou-se a existência de uma realidade que envolve a inclusão de alunos surdos, mostrando que o TILS é um profissional promissor. Portanto, o futuro dos profissionais da área pode ser idealizado a partir das conquistas legislativas, da abrangência sócio-histórica e do período político atual.

Esse estudo trouxe reflexões relevantes sobre sua atuação e habilidades, esperando que o TILS seja cada vez mais reconhecido, valorizado e apoiado. Na escola, espera-se também que todos os profissionais estejam envolvidos, adquirindo mais conhecimentos para atender novos desafios. A Libras, por sua vez, deve estar inserida em todos os espaços sociais, promovendo a inclusão da comunidade surda nos mais diversos ambientes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elomena Barbosa de. **O papel de professores surdos e ouvintes na formação do tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais**. São Paulo: Piracicaba, 2010.

ABREU, Bianca de Macedo. **Inclusão e acessibilidade em tempos de pandemia**, Belo Horizonte, 2020.



BRASIL. Lei n. 10.436/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002>. Acesso em: 04 jun. 2021.

DIAS, Walquiria Pereira da Silva. **Travessias e Resistências: práticas de subjetivação do sujeito e intérprete de Libras/lingua Portuguesa nos documentos oficiais.** São Luís, 2018.

FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz: **uma instituição a serviço da vida. Covid 19 Perguntas e Respostas.** Disponível em <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/quais-os-sintomas-do-coronavirus>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Língua brasileira de sinais – LIBRAS.** Brasília, 2002.

_____. Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005. **Língua brasileira de sinais – LIBRAS.** Brasília, 2005.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **O intérprete educacional de língua no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades.** In: LODI, A. C. B. et al. (org.). Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

_____, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos: O que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

_____, C. B. F. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** Porto Alegre: Mediação, 2011.



MAGALHÃES Jr., E. M. **Sua Majestade o Intérprete: O fascinante mundo da interpretação simultânea.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MENDES, Kelly Grace. **Processos Formativos dos Tradutores e Intérpretes de Libras na Cidade de Cascavel no Estado do Paraná.** Joinville: Universidade Federal do Paraná, 2018.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Brasília: Mec, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC; SEESP, 2007.

SILVA, Maitê Maus da. **Codas tradutores e intérpretes de língua de Sinais brasileira: percurso para o profissionalismo.** Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2016.

SÁ, Nídia Limeira de. **Cultura, Poder e Educação de surdos.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SANTOS, Rayssa Feitoza Felix dos. **A atuação do intérprete de libras em tempos de pandemia: reflexões acerca de possibilidades e desafios.** Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

SILVA, Maitê Maus da. **Codas tradutores e intérpretes de língua de Sinais brasileira: percurso para o profissionalismo.** Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2016.